

# SESC SP

## MATÉRIAS DA EDIÇÃO



Postado em 28/10/2016

## Censura em Cena



Ilustração: Marcos Garuti

### Censura em cena

Entre 1930 e 1970, foram abertos mais de 6 mil processos de censura a obras teatrais pelo Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, material hoje reunido no Arquivo Miroel Silveira, acervo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Como esses textos proibidos contribuem para entendermos o impacto da censura na produção artística brasileira? Quais as raízes dessa herança censória e como isso repercute até hoje? Discutem o tema a coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP, Maria Cristina Castilho Costa, e o diretor e ator de teatro Roberto Ascar.

## Censura nunca mais

por **Maria Cristina Castilho Costa**

A defesa da liberdade de expressão é hoje uma das poucas unanimidades em termos de valores, crenças e ideologias. As pesquisas do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM-USP) mostram que homens e mulheres, jovens e adultos, católicos e protestantes, brasileiros e estrangeiros, dizem-se

favoráveis à liberdade de expressão, garantida, no Brasil, pela Constituição de 1988. Essa constatação, no entanto, começa a mostrar seus limites quando a investigação se estende um pouco além da pergunta: "*Você é favorável à liberdade de expressão?*" Ao questionarmos a respeito da produção cultural da atualidade, sobre as regras que envolvem o fazer artístico, logo aparecem vacilações: "*Eu sou favorável à liberdade de expressão, mas...*" E assim começam as justificativas para limitar o acesso a certas obras, a determinados conteúdos, a alguns autores, livros, espetáculos. Isso porque a ideia de que a liberdade de expressão deve ser defendida se contrapõe a uma herança censória bastante expressiva no Brasil.

Desde os primeiros séculos de colonização, o Brasil sofreu com a censura que chegou ao nosso território antes da imprensa, da indústria editorial, da educação, do teatro, das universidades e da ciência. Nossa vida política e social teve início sob o cabresto de um colonialismo férreo, difícil de ser vencido. Temiam-se novas interpretações dos livros sagrados, a ciência e o paganismo. Havia a censura da monarquia portuguesa, que rechaçava tudo que, de alguma forma, ameaçasse o domínio europeu sobre as colônias – ideais republicanos, questionamentos sobre privilégios que eram implantados por meio do governo colonial. O repúdio às ideias não dogmáticas, em relação à religião e ao poder, levava ao monitoramento, à repressão e à condenação dos diferentes e dos divergentes, por processos cuja face mais agressiva foi protagonizada pela Inquisição.

O fim do colonialismo ocorreu no século 19, com a vinda para o Brasil da família real portuguesa e a transformação da colônia em vice-reino. A presença da corte trouxe modificações profundas na sociedade brasileira, com o desenvolvimento da vida urbana e da produção cultural. Finalmente, conheceríamos uma cultura laica, que introduzia no Brasil imprensa, biblioteca, teatro e academias artísticas. A laicização da cultura trouxe novos modelos de representação e um debate profano sobre o destino dos seres humanos e da sociedade. Mas, se tudo levava a um amplo exercício de liberdade, a importação de teorias consideradas perigosas e subversivas, como as republicanas, levou a monarquia a instaurar os primeiros órgãos censórios ligados ao Estado e não à Igreja. Esses órgãos, como o Conservatório Dramático Musical, tinham por finalidade defender a monarquia e a estética clássica rechaçando veleidades libertárias e a expressão popular, em favor da defesa do poder monárquico e da cultura europeia. Nem a Independência modificou esse cenário, tendo a coroa brasileira sido colocada em cabeça da mesma família real portuguesa.

Seria a república a introduzir os ideais de liberdade e autonomia, de independência e tolerância? Não exatamente. Embora se caminhasse para um Estado com maior autonomia e respaldo popular, a política ainda se conservava uma atividade das elites brancas, representadas por seus membros masculinos. Essa visão estreita de uma política republicana, numa época em que, na Europa, já se discutia a igualdade econômica das classes sociais e o direito de participação política, exigia o pleno controle das dissidências, da cultura, da filosofia e das artes. Formas de monitoramento, controle e repressão continuaram atrasando nossa inserção nos debates emancipatórios que se travavam além-mar – a arte, a cultura e a educação continuavam, em pleno século 20, restritas aos grandes centros urbanos e atreladas à subvenção do Estado que sobre elas exercia firme controle.

Foi só no período entre guerras (década de 1920) que começamos a desafiar o estreito molde em que se enfiavam a nossa cultura e a nossa arte, buscando formas próprias de pensarmos por nós mesmos, sobre nós e por nossa forma peculiar de expressão. A arte e a cultura brasileira floresciam à sombra do desgaste que os confrontos mundiais impunham à Europa e aos Estados Unidos. Nesse intervalo, a arte e a cultura brasileira mostraram toda sua força e autenticidade, seu potencial explosivo, formador de identidade e de poder

contestatório, de inovação e revolta. Sobre elas, entretanto, recaía, ainda, cotidianamente, a censura, buscando calar seu viés revolucionário e dissidente. Dois períodos ditatoriais – o Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura Civil-Militar – custaram caro aos artistas e intelectuais, aos jornalistas e aos cientistas – até 1988, quando a Constituição reconheceu, finalmente, o direito dos brasileiros à liberdade de expressão.

O OBCOM-USP, responsável pelo Arquivo Miroel Silveira, com mais de seis mil processos de censura prévia ao teatro que cobrem o período de 1930 a 1970, tem entre suas metas o debate sobre a censura e sobre como ela impede o pleno florescimento das artes e da cultura, como ela emperra o debate sério das propostas e das alternativas políticas, sociais e artísticas do país. Para isso, temos revisitado as obras que foram censuradas ou vetadas, devolvendo-as ao público ao qual se destinavam para que encontrem os olhos e os ouvidos que foram impedidos de vê-las e ouvi-las. Queremos apresentar as obras censuradas ao público e mostrar que é sempre melhor ver, ouvir, ler e julgar do que proibir e ignorar. Queremos mostrar que só o exercício contínuo de observação, percepção e debate, de diálogo com o autor e sua obra, é capaz de bem orientar a produção e a recepção da arte e da cultura. Abertura, acolhimento, diálogo e tolerância serão sempre, resistindo a toda forma de censura, os motores de uma produção artística, cultural, científica e filosófica consciente, criativa e autônoma. Serão eles também formadores de uma plateia séria e exigente que busca na arte uma forma peculiar de identidade.

**Maria Cristina Castilho Costa** é livre-docente em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP.

## Um mal desnecessário

por **Roberto Ascar**

Desde que Cabral e sua caravana invadiram o Brasil, instalou-se aqui a censura. Os brasileiros, índios, foram censurados pelo modo de (não) se vestirem, foram sendo ensinados a como se portar em sociedade à moda europeia, coagidos a mudar seus hábitos e até foram obrigados a assistir à missa. A partir dali, a censura prosseguiu e, de uma forma ou de outra, perdura até hoje, sem data para terminar.

Como produtor e diretor, e ainda quando exercia a presidência de entidade representativa dos operadores em teatro, a Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp), vivenciei a nefanda ação da censura, principalmente em peças de teatro ao longo de cinco décadas. No início, anos 1960, vigoravam a censura estadual, a federal e até a municipal, na medida em que qualquer prefeito, se quisesse, tinha poder para proibir a apresentação de espetáculos e até de cortar textos. A censura oficial era realizada pelo Departamento de Diversões Públicas da Polícia dos Estados, passando depois para a competência federal, submetida ao Ministério da Justiça. A censura de textos ou de espetáculos causou irremediáveis danos aos autores, aos produtores e ao público, uma vez que, censurado, o autor era inibido de escrever novos textos; os produtores, intimidados, não investiam mais; e a população ficava impedida de conhecer as obras que eram